

**Do “corpo individual” ao “corpo coletivo”: uma análise das concepções de corpo no
Tratado de Conservação da Saúde dos Povos (1756 -1757)
JULIE HAMACHER LIEPKALN***

Introdução

O que é o corpo? A materialidade imediata da vida? O invólucro de si?

Certamente, abordar o corpo como objeto de estudo ultrapassa o âmbito material e biológico, abrangendo também questões culturais e sociais. Nas palavras de Denise Bernuzzi Sant’Anna, “memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser (re)fabricado ao longo do tempo.” (SANT’ANNA, 2005: 3). Através desta afirmação, a autora destaca a pertinência do corpo como objeto de pesquisa histórica, pois as representações acerca deste modificam-se conforme o período e o contexto sociocultural. Ou seja, as concepções corporais não se encerram em si mesmas, sendo carregadas de historicidade.

Considerando este gesto de (re)fabricar o corpo e de tornar as sensibilidades corporais inteligíveis, não podemos deixar de citar a doença. Como Jaques Revel e Jean-Pierre Peter nos lembram, “[a doença] ela é por excelência social, porém seu lugar na sociedade não é assinalável; ela é evidente, mas impalpável; coletiva, mas assinalável sobre um único indivíduo.” (REVEL; PETER, 1995: 142). Eis o desafio de codificar a doença, pois apesar de esta ser um fenômeno social, ela não é tangível e embora seja uma experiência coletiva, ela se manifesta de maneira específica para cada indivíduo. Assim, historicizar o corpo significa explorar em quais circunstâncias produzem-se as diversas concepções e discursos sobre ele: Como experiências corporais são codificadas em palavras e imagens mentais? Quais são os argumentos para justificar o mérito de uma codificação? Ao longo do tempo, podemos admitir que tais concepções mantêm uma relação de ruptura entre si, posto que correspondem a códigos socioculturais de um determinado período?

Diante de tais investigamos a construção de um discurso e conhecimento médico sobre o corpo, a doença e a saúde através de uma análise histórica da obra *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, escrita pelo médico Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 – 1783)¹. Na obra em questão, é possível observar todo um esforço de consolidação de um novo “regime de

¹ Para evitar repetições e tornar a leitura do artigo mais fluida, abreviamos o título da fonte em questão, a qual está referida como *Tratado*. SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

imagens” erudito e moderno sobre o corpo, em detrimento daquilo que era compreendido como tradicional (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2009: 9).

Atentando-se para a data de publicação da obra, buscamos inscrevê-la em seu contexto de produção, que corresponde ao período referente à administração do Marquês de Pombal (1750 – 1777), a qual implementou uma série de reformas – urbanas, educacionais, religiosas, entre outras –, de cunho absolutista e esclarecido. Segundo Keneth Maxwell, o período pombalino é entendido como a “corporificação do Iluminismo Português”, posto que o Marquês, além de possuir “um círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes da ciência”, também estabeleceu diversas medidas reformistas, como por exemplo, as reformas na instrução pública, a secularização da Inquisição e a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, entre outros² (MAXWELL, 1997: 17). Assim, além de o *Tratado* se inserir no cenário político português, em um âmbito maior, ele também apresenta uma série de ideias relacionadas à conjuntura ilustrada europeia.

Isto posto, um aspecto a se ponderar ao longo da análise da fonte é o seu teor pragmático e reformista. Ribeiro Sanches não somente defende noções de corpo e doença que seguem premissas científicas, como também ambiciona aplicá-las na sociedade portuguesa. Aqui, nossa análise estende-se para além do plano das concepções corporais, contemplando também a racionalização destas ideias e sua aplicação em um corpo coletivo.

Segundo Roy Porter, alguns trabalhos que abordam o corpo como objeto histórico restringem-se ou à discussão conceitual e à decodificação das representações ou a aspectos puramente biológicos e mundanos. Assim, Porter conclui que “a busca da história do corpo não é, portanto, somente uma questão de triturar as estatísticas vitais sobre o físico, nem apenas um conjunto de métodos para a decodificação das “representações”. É antes um chamado para a compreensão da ação recíproca entre os dois.” (BURKE, 1992). Desta maneira, avaliaremos como, em o *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos*, Ribeiro Sanches mobiliza noções e critérios para uma renovação das concepções de corpo, seja ele o corpo físico – do indivíduo – ou o corpo coletivo - a população³.

² Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu primeiramente o título de Conde de Oeiras, e, em seguida, o título de Marquês de Pombal.

³ Neste projeto, o emprego do termo “renovação” busca ilustrar não um processo de ruptura, mas de reelaboração de elementos de dois sistemas distintos – um de caráter mais tradicional e outro de caráter moderno. Tal visão, a qual será esclarecida mais detidamente na síntese da bibliografia fundamental, aproxima-se da reflexão teórica de Ana Maria Alfonso-Goldfarb, presente em: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *O que é história da ciência*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

Sobre o autor e sua obra

Para melhor compreendermos as concepções médicas de Ribeiro Sanches, faz-se necessário considerarmos sua trajetória. Nascido cristão-novo e formado médico pela Universidade de Salamanca, na Espanha, deixou Portugal em 1726, pressionado pela insegurança das perseguições da Inquisição, dirigindo-se a Londres, cidade na qual iniciou a confecção de uma rede de contatos a nível europeu. Saindo de Londres, passou pelas Universidades de Edimburgo, e visitou as universidades de Montpellier e Pisa, retornando depois para Bordeaux. Entre os anos de 1730 a 1731, dirigiu-se a Leiden, nos Países Baixos, onde foi aluno de Boerhaave, espécie de mestre para Sanches. Por indicação de Boerhaave, passou a prestar serviços ao Império Russo entre os anos de 1731 e 1747. Em seguida, foi rumo a Berlim, ponto de parada anterior ao seu destino final, Paris, cidade onde viveu até o ano de sua morte⁴.

Como se pode notar, Sanches circulou por diversas cidades europeias, onde, além de se filiar a academias e sociedades científicas, estabeleceu uma rede de contatos ilustrados, cuja amplitude conferiu-lhe prestígio perante cientistas e indivíduos direta ou indiretamente implicados no exercício da política portuguesa. Ademais, apesar de Sanches, enquanto cristão-novo, ter deixado Portugal sem nunca mais voltar, o exílio, contudo, não o impediu de refletir sobre os mais diversos problemas de sua terra pátria, escrevendo, por exemplo, sobre educação, religião, política e Medicina.

Dentre seus escritos sobre o último tema, destaca-se o *Tratado* - publicado em 1756 na França e em 1757 em Portugal -, o qual reflete alguns aspectos da Ilustração portuguesa, especificamente no âmbito das concepções médicas. Trata-se também de uma obra pioneira em Portugal, posto que é a primeira a abordar o tema da saúde pública como projeto político. Nas palavras de Ana Cristina Araújo, “na perspectiva do médico setecentista, o Estado devia

⁴ Sobre a biografia e trajetória de Sanches, consideramos substanciais os seguintes trabalhos: COSTA, Palmira F. da ; JESUS, António. António Ribeiro Sanches and the Circulation of Medical Knowledge in Eighteenth-Century Europe. *Archives internationales d'histoire des sciences*, v. 56, n. 156, pp. 185-197, 2006. ; RAMOS JR., Nelson de C. *Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>

ser interventivo na gestão dos assuntos da vida; preventivo em matéria de salubridade; educativo na administração de conhecimentos úteis (...).”⁵.

É notável o teor pragmático do *Tratado* e o empenho de Ribeiro Sanches, juntamente com o auxílio do poder político, em tornar seu conhecimento útil e aplicável ao corpo coletivo. Abordando uma série de medidas que evitaria a propagação de doenças, cujo contágio se daria através do ar “corrompido”, as propostas de Sanches destinam-se a diversos espaços do reino português - hospitais, casas, prisões, navios, casernas e conventos – e também aos indivíduos relacionados àqueles, para os quais o autor sugere conselhos sobre alimentação e higiene pessoal. Por fim, a finalidade do médico de educar a população acerca de práticas preventivas e higiênicas evidencia-se na linguagem acessível, empregada em todo o texto, e já na dedicatória da “obra útil e, igualmente necessária aos Magistrados, Capitães Gerais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Família.”⁶.

O corpo individual e o corpo coletivo no *Tratado*

Se o *Tratado* de Ribeiro Sanches se apresenta como uma fonte com potencial para compreender certos aspectos da Ilustração em Portugal, ele também nos revela concepções sobre o corpo. Com efeito, o médico português busca tornar o corpo inteligível aos seus leitores, valendo-se de metáforas, analogias e teorias correntes entre os principais cientistas dos séculos XVI e XVII. No entanto, Sanches não se restringe a um campo teórico, propondo também ações práticas direcionadas ao corpo – neste caso, poderíamos dizer o “corpo coletivo” – e à manutenção da saúde da população, através de medidas higiênicas e preventivas. Diante disso, nosso principal questionamento é como Sanches elabora e legitima um conhecimento erudito sobre o corpo, tornando-o inteligível, e alvo de medidas de saúde pública.

No *Tratado*, ao longo de seus 31 capítulos e um apêndice com considerações sobre as causas dos terremotos, Sanches atrela a saúde do corpo humano a três elementos distintos: o ar, a natureza e suas ameaças; a cidade e seus espaços; e, por fim, a higiene e a alimentação. Em diversos momentos, estes três elementos são relacionados entre si, por meio de uma leitura das causas e efeitos das enfermidades, de seus alvos e de suas soluções.

⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. *Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches*. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/aca> Data de acesso: 10/03/2015.

⁶ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 1

Para esclarecê-los, Sanches sustenta-se nas teorias de Stephen Hales (1677 – 1761), Albrecht Van Haller (1708 – 1777), William Harvey (1578 – 1657) e Herman Boerhaave (1668 – 1738), cujas obras tiveram o respaldo da comunidade científica moderna (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2009: 450). Enquanto Hales é citado nas explicações de Ribeiro Sanches acerca do ar e da constituição das enfermidades e Van Haller nos efeitos das doenças nas menores unidades anatômicas, as fibras sensíveis que formam o corpo, as teorias de Harvey e Boerhaave referem-se à visão do “corpo-máquina”, formado por tubos e fluidos integrados e traduzido em um vocabulário mecanicista.

Entretanto, o médico luso não faz referências apenas a ilustres cientistas da época moderna – muitos deles foram conhecidos de Sanches, como por exemplo, Boerhaave, seu professor na Universidade de Leiden, ou Van Haller, seu colega nesta mesma instituição -, referindo-se também, com certa frequência, a Hipócrates (460 a.C. - ?), médico grego reputado como “pai da medicina”, que rejeitando explicações mágicas ou religiosas, procurou elaborar um conhecimento médico racional baseado na observação da natureza. O historiador Mirko Grmek atesta a longevidade desta teoria ao afirmar que “por mais de dois milênios, os médicos acreditaram que a doença era causada por uma perturbação geral ou local, da mistura dos humores.”, e, de fato, a teoria hipocrática adequava-se ao esquema mecanicista e à visão do corpo máquina, dentro do qual circulariam os humores responsáveis pelo seu funcionamento (GRMEK, 1998: 249).

Na teoria hipocrática, a natureza era um elemento imprescindível para a compreensão da saúde e da doença, uma vez que o estado patológico do homem podia ser explicado segundo fatores internos – sua constituição física e seu regime de viver – e externos – clima, alimentação, ar, etc. Tais fatores suscitariam efeitos patológicos tanto positivos, quanto negativos, promovendo ou prejudicando o equilíbrio dos humores, componentes fundamentais do organismo e constituídos por características opostas.⁷

Dentre tais fatores, o ar, em especial, recebe bastante atenção de Sanches. Para o médico português, a atmosfera seria uma ameaça à saúde da população devido a sua corrupção, causada por emanações telúricas, pela transpiração dos seres vivos, pelo calor excessivo e por chuvas. Com a intenção de ser didático, bem como de mostrar a legitimidade de seu texto, Sanches cita diversos cientistas da época moderna e explica seus respectivos

⁷ Alguns séculos depois, Galeno (130 – 201 d.C.), além de sintetizar esta teoria, acrescentou-lhe noções de temperamento – cada indivíduo possuía um equilíbrio humoral específico, sendo assim, o humor preeminente era associado a um certo temperamento.

experimentos, muitos dos quais lidavam com noções de física e química. Assim, ao tratar dos efeitos patológicos da atmosfera corrompida, Sanches lança mão da teoria hipocrática e, simultaneamente, de princípios experimentalistas.

Curiosamente, se a chamada “revolução científica” inaugura novas premissas e métodos assentados no racionalismo e no empirismo, isto não indica um abandono de teorias “tradicionais”, e até mesmo de crenças ou explicações baseadas no divino. Sanches, por exemplo, ainda discorrendo sobre a corrupção do ar e uma das formas de evitá-la, através da utilização de aromatas, afirma que “somente entre os trópicos nascem os aromas e toda a sorte de especiarias: é admirável a providência do Altíssimo que naqueles lugares (...) se geram os mais fragantes aromas, e na maior abundância (...)”⁸. No debate específico sobre a relação entre o ar e as enfermidades, Sanches adequa três diferentes perspectivas, a tradicional, a moderna e a religiosa.

Diante de tal “adequação”, consideramos salutar o conceito de reelaboração utilizado por Goldfarb (GOLDFARB, 1994). Para a autora, em diversos campos científicos, as ideias antigas e tradicionais não foram rejeitadas pelos cientistas, mas, ao contrário disso, serviram de inspiração para eles⁹. Ainda, Goldfarb defende a existência de uma relação de complementaridade, e não de oposição, entre os saberes de dois sistemas distintos, o tradicional e o moderno. Não se trata de uma ruptura, mas de uma reelaboração, cujo produto final possui características tanto antigas, quanto modernas.

Igualmente importante no que tange aos procedimentos metodológicos adotados na análise da fonte, a obra *A estrutura das revoluções científicas*, do filósofo Thomas Kuhn, traz uma revisão dos critérios da historiografia da ciência orientada por leituras evolucionistas e teleológicas da ciência, estabelecendo-se a tese de uma ciência “oficial” e bem-sucedida em detrimento de pseudociências. Kuhn rejeita esta hierarquia através do conceito de “paradigma”, definido como o conjunto de “realizações científicas universalmente conhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (KUHN, 2009: 13). Em um determinado campo científico, diante da crise nos métodos de resolução, os quais não são capazes de fornecer a explicação de alguma “anomalia”, estabelece-se uma disputa por um novo paradigma. Obtêm êxito

⁸SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* P. 14.

⁹ O caso de Vesálio é emblemático, posto que a intenção inicial de suas pesquisas anatômicas foi a correção e aprimoramento, não a crítica da anatomia de Galeno. Para Ana Maria Alfonso-Goldfarb, Vesálio é um “antigo moderno”, pois retoma um conhecimento clássico para explicar algo realmente novo.

aquele cujo qual possui fontes de métodos, padrões de soluções e técnicas de persuasão mais bem aceitas pela comunidade científica. No entanto, se um paradigma substitui um conhecimento anterior, o qual, por alguma razão, deixa de ser considerado válido, isto não significa que o novo paradigma prescindirá de elementos do anterior, incorporando, por exemplo, elementos como vocabulário e aparatos técnicos. Assim, concentrar-se nos elementos científicos que “prosperaram”, ou seja, os tidos como “oficiais” em um certo momento ou que ainda estão em voga na atualidade, não expressa somente um anacronismo, mas também uma hierarquia de saberes, o que compromete qualquer tipo de estudo sobre a história da ciência.

Um exemplo claro da reelaboração de saberes de sistemas distintos mostra-se quando o médico expõe ao leitor os malefícios causada pela atmosfera alterada sobre o corpo humano. Apesar de o gás oxigênio ser desconhecido, o ar é identificado como algo fundamental para a manutenção da vida e como componente do organismo dos seres vivos. Para Sanches, tanto os animais como os homens possuem o corpo análogo a uma esponja, pois o ar que os cerca entra pela boca e pelos poros da pele, atingindo o pulmão, o estômago, o sangue, os humores e as fibras. Se corrompido, as partículas nocivas e úmidas deste ar fermentam, produzindo uma espécie de putrefação interna e gerando ânsias, dores de cabeça, diarreias e doenças como pestes, terçãs, escorbuto e febre. A concepção de doença de Sanches comporta tanto a ideia de desequilíbrio humoral, como também uma visão mecanicista do corpo, o qual seria formado por fibras irritáveis, que em um estado de anormalidade amoleceriam. Em outras palavras, Sanches se vale da teoria hipocrática, ao mesmo tempo em que, acompanhando os debates e publicações médicas, adere a uma leitura fisiológica do corpo.

Elemento essencial para a apreensão do corpo enfermo, o ar também é um fator importante no que se refere à saúde pública. Em sua obra *Saberes e Odores*, Alain Corbin defende a tese de que, a partir de segunda metade do século XVIII, processa-se uma revolução olfativa, a qual implica em uma desodorização não apenas dos espaços públicos, mas também da sociedade de uma maneira geral, repercutindo nos comportamentos dos indivíduos (CORBIN, 1987). Nestas circunstâncias, cabe ao médico identificar as fontes causas da corrupção do ar e erradicá-las, e é justamente isto que Sanches tem por meta em seu tratado.

Para o médico, as estratégias mais eficazes de combate direto à podridão do ar seriam a higienização e a circulação ou renovação da atmosfera e das águas, sobretudo em locais “fechados” e com aglomeração, como hospitais, prisões, conventos, casernas e navios.

Tratam-se de espaços propícios ao desenvolvimento de epidemias devido ao acúmulo de pessoas, logo, de exalações pútridas individuais. Os hospitais, por exemplo, apresentam risco, pois abrigam pacientes acometidos pelos mais diversos males. Já as prisões possuem um ar fétido “cheio das exalações daqueles cadáveres vivos”¹⁰, enquanto que os navios, espécies de “pântanos flutuantes”, comportam um amontoado de marinheiros doentes, cargas e provisões infectadas. Para assegurar a salubridade destes ambientes, seria necessário renovar o ar por meio do ventilador – invenção de Stephen Hales -, de fogos e chaminés, os quais estimulariam a aeração devido à diferença de densidade entre o ar quente e o ar frio e, por fim, através das fumigações e defumadouros de roupas e móveis. Somam-se a estas práticas estratégias de combate indireto à corrupção aérea, como as limpezas feitas com água e vinagre, água e cal e até um composto a base de azeite, urina humana, pimentas e arruda. Tais misturas impediriam a proliferação de insetos e a formação de substâncias danosas.

Considerando que as práticas descritas acima dirigem-se a espaços públicos, conclui-se que Sanches enfatiza a premência da atuação do Estado em questões de saúde da população portuguesa. Pautando-se em uma visão própria de corpo saudável, o médico elabora uma série de medidas que visam modificar e sanear os espaços públicos.

No entanto, as propostas a favor da saúde e bem-estar coletivos não se restringem apenas a locais definidos, estendendo-se também sobre os hábitos dos indivíduos. Assumindo um tom educativo, Sanches esclarece variadas formas de higiene e outras ações necessárias à conservação da saúde. Os banhos, entre estas ações, prestavam-se para a higienização do corpo e para o seu fortalecimento, pois a água fria endurecia as fibras e impedia o apodrecimento dos humores. Segundo Georges Vigarello, até o século XVII, os banhos eram considerados maléficos, pois abririam os poros do corpo tornando-o vulnerável, sendo que a limpeza corporal limitava-se ao olhar sobre as vestes que cobriam o corpo. Este cenário muda com a repercussão de ideais higienistas, baseados na percepção olfativa e visual e trazendo consigo novos critérios de higiene (VIGARELLO, 1985: 12). Na visão de um médico como Ribeiro Sanches, os banhos promoveriam efeitos externos e internos, desinfetando a superfície do corpo e tornando o seu interior mais forte e duro, o que facilitaria a circulação dos humores. Fosse no rio ou por vapor, Sanches considerava eficiente a prática de se banhar, aconselhando-a aos soldados e aos escravos:

¹⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 43.

Este é o remédio contra a fadiga, contra o cansaço, contra a comichão, reumatismos, sarna e outros males próprios da vida do Soldado: vivem ordinariamente robustos, capazes de todo o trabalho, tanto militar que civil.

Considero que se na América e na África, naqueles lugares alagados por aqueles caudalosos rios, usassem desta sorte de estufa ou banho principalmente os escravos dedicados ao trabalho das minas que poderiam conservar muitas vidas, ainda que miseráveis; considerando que este seria o mais apropriado remédio contra a podridão dos humores causada pelo calor e humidade do terreno (...) ¹¹

Os banhos, portanto, além de utilizados na prevenção e no tratamento de doenças, seriam um importante elemento na vida física do homem, o que nos remete ao conceito de dietética. Segundo o filósofo Michel Foucault, a dietética era composta por atividades de cuidados do corpo, como exercícios, o sono, as relações sexuais, a alimentação, os já citados banhos e as evacuações (FOUCAULT, 2001). Contudo, são necessárias algumas distinções entre este conceito e as propostas de Sanches. Enquanto o primeiro refere-se a uma técnica praticada durante a Antiguidade e feita de maneira autônoma, no *Tratado de Conservação de Saúde dos Povos*, é possível identificar a intenção e os esforços de um médico ilustrado de ensinar algumas daquelas atividades, desempenhando assim o papel de educador tanto do corpo físico e individual, quanto do corpo coletivo, amparado pelo conhecimento científico.

A higiene também é imprescindível para o armazenamento e consumo de alimentos e bebidas, sobretudo no caso dos soldados e dos marinheiros. De acordo com Sanches, justamente a comida, a qual deveria prover o sustento, acaba por destruir a saúde destes homens, pois é mal armazenada e contaminada por insetos. Além de propôr como solução para este problema a fumigação das provisões e os tonéis e barricas, o médico português dedica uma quantidade considerável de páginas de seu tratado ao tema da alimentação. Para ele, alimentos como os frutos de outono (melões, uvas e pepinos), o vinagre e bebidas como a aguardente são erroneamente reputados como nocivos, atuando, na verdade, como remédios os quais, tomados com moderação, auxiliam no tratamento da disenteria e de febres. O vinagre, por exemplo, outrora considerado como um vinho podre e que provocava a coagulação do sangue, é muito elogiado pelo médico português, tanto pela sua função desinfetante, como também por fortalecer e proteger o corpo da corrupção física. Outro produto rejeitado pelos médicos e doutos seria a aguardente, “porque atribuem a todos os espíritos ardentes a qualidade de queimar e corromper as entranhas”¹². Tal justificativa é contestada por Sanches, que defende os efeitos terapêuticos da aguardente contra o

¹¹ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 66.

¹² SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 62.

apodrecimento dos humores, servindo também como o “remédio mais universal de toda a Cirurgia.”¹³.

Acrescentam-se a estes alimentos o sal, a pimenta, o pão, as carnes salgadas e os frutos ácidos. Estes últimos, não por acaso, são numerosos nos trópicos, pois nas palavras de Sanches: “(...) parece que a Suma Providência fez tão abundantes deles todas as terras meridionais e entre os trópicos com tal maravilha que tanto mais o clima é ardente, mais azeda é esta fruta (...).”¹⁴. Novamente, nos deparamos com a teoria humoral e a crença divina contidas em uma mesma ideia.

O tema da alimentação é pertinente a nossa análise documental, pois acreditamos que ele também pode expressar concepções sobre o corpo. O historiador Henrique Carneira aponta que “até o século XVIII, os tratados sobre alimentos os encaravam exclusivamente de um ponto de vista médico, terapêutico e nutricional.”, o que demonstra como a alimentação insere-se na questão da conservação da saúde (CARNEIRO, 2003: 9). Provavelmente, o predomínio de uma visão médica dos alimentos relaciona-se à antiga tradição da medicina humoral, segundo a qual cada indivíduo possuía um tipo diferente de temperamento – resultante da combinação quantitativa dos quatro humores –, sendo necessário o consumo de alimentos com propriedades semelhantes ao seu tipo específico de temperamento. Alimentos ácidos como o vinagre e as frutas ácidas eram frequentemente indicados pelos dietistas pois facilitavam a absorção dos nutrientes. Por sua vez, os quentes, como o sal e as especiarias, geravam calor e proporcionavam uma boa digestão, concebida como uma espécie de “cocção natural” (FLANDRIN, 2008).

Quanto ao valor terapêutico dos alimentos, observa-se que Sanches adere à teoria hipocrática, contudo, não integralmente. O médico admite que os ingredientes possuem propriedades específicas que atuam diretamente sobre os humores, porém, não menciona temperamentos, possivelmente por se preocupar com determinados grupos da sociedade e não com constituições físicas individuais. Dessa maneira, Sanches pondera sobre um regime alimentar adequado a determinados ofícios e espaços.

Mas o que leva Sanches a elaborar um conjunto de propostas cuja finalidade seria a de conservar a saúde de soldados, marinheiros, pacientes de hospitais, clérigos e mesmo escravos?

¹³ Idem, p. 63

¹⁴ Idem, p. 74

Primeiramente, devemos lembrar que, em Portugal, na segunda metade do século XVIII, a disciplina médica estava em processo de consolidação. Isto posto, a reforma da Universidade de Coimbra mostra-se bastante emblemática, pois, a partir dela, edificaram-se três importantes espaços para o aprendizado médico: o dispensatório farmacêutico, o teatro anatômico e o hospital escolar (PITA, 2000). Este último merece especial atenção, pois mais do que um local de formação de um saber específico, o hospital se torna um local de exercício de poder, onde observar, diagnosticar e corrigir são procedimentos exclusivos ao médico, profissional capaz de intervir sobre os indivíduos (FOUCAULT, 1998) (ROSEN, 1994). Dialogando com Michel Foucault, o historiador Roy Porter alega que “(...) quanto mais a profissão médica afirma sua capacidade de intervir sobre o corpo dos indivíduos, mais a sua ambição de também cuidar da sociedade como um todo também aumenta.”, o que nos leva ao terceiro e último ponto, a afirmação do valor útil e social da Medicina através da noção de saúde pública (GRMEK, 1998: 223).

A saúde pública, particularmente no Setecentos, tinha por escopos tanto o espaço urbano quanto o “corpo coletivo” - a população. Esta última, já considerada “(...) um dos fios condutores do mercantilismo – o número de homens faz a riqueza do Estado -, com as doutrinas fisiocráticas, então em voga, transforma-se numa das preocupações fundamentais do Estado” (SOUZA, 1995: 42). O próprio *Tratado* apresenta-se afinado com o pensamento fisiocrático, como se pode observar nas seguintes palavras de Sanches: “Todos sabem que a mais sólida base de um poderoso Estado consiste na multidão dos súbditos, e no seu aumento, e que desta origem resultam as suas forças, poder grandeza e majestade (...)”¹⁵.

Neste mesmo período, os investimentos em censos e tabelas de mortalidade e natalidade atestam uma atenção privilegiada à saúde da população e o impulso por um maior conhecimento desta. Somado a isto, leis e decretos passaram a regular o exercício médico e também a farmácia, pretendendo excluir de ambos os denominados “charlatães” e “mezinheiros” (PORTER, 1999b: 52).

Por conta da percepção patologizante do ar, a ação médica foi igualmente necessária no espaço urbano. A partir do momento em que se identificaram focos de insalubridade no ar urbano, os médicos admitiram para si a prerrogativa de desinfetar e eliminar a sujeira, implementando uma disciplinarização e uma vigilância sobre a insalubridade dos espaços e das pessoas. Em Portugal, esta disposição normatizadora da Medicina pode ser observada

¹⁵ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Op. Cit.* p. 3

após o terremoto de Lisboa, em 1755, tragédia que determinou a urgência de toda uma reestruturação da cidade amparada em diretrizes higienistas e, principalmente, na criação da Intendência Geral da Polícia, em 1760, instituição encarregada do ordenamento e a normatização do espaço urbano, da atividade médica e de medidas voltadas para a conservação da saúde dos súditos¹⁶ (CARREIRA, 2012).

Conclusão

O projeto de uma sociedade saudável de Sanches, além de buscar assegurar a produtividade e a riqueza de uma nação, visava o progresso e bem-estar da população. Este otimismo, fundamentado sobretudo na crença no poder da ciência, é característico entre alguns filósofos e cientistas do iluminismo, círculo dentro do qual Sanches se inseriu. Sempre reiterando que pretende ser útil à terra em que nasceu, Ribeiro Sanches mostra-se um homem a serviço da vida. E é justamente esta sua intenção que torna o *Tratado de Conservação de Saúde dos Povos* uma fonte profícua para a análise das transformações nas concepções de corpo durante as Luzes em Portugal. A teoria de Sanches sobre o corpo em sua forma individual, baseada em princípios tanto tradicionais, como modernos, manifesta uma importante dinâmica da elaboração do conhecimento médico, o qual não possui uma relação de ruptura com os saberes anteriores, muitas vezes valendo-se destes devido à sua pertinência para explicar determinados fenômenos corporais. Já, as práticas propostas por Sanches demonstram como o corpo é pensado em sua forma coletiva, tornando-se alvo não apenas de medidas higiênicas e preventivas, mas de projetos para o bem-estar humano.

Para nós, esta abordagem do corpo em sua forma coletiva reflete uma ampliação do poder do médico, o qual, se antes atuava exclusivamente na esfera privada, passa a ter papel preponderante na esfera pública. Neste ponto, não podemos prescindir do elemento político, pois, como Dorothy Porter assinala, a saúde pública apresenta uma ligação estreita com a história das formas de operação de poder (PORTER, 1999a). Assim, analisar o discurso de Sanches, focando em suas concepções de corpo, significa ultrapassar os limites biológicos ou científicos, com o propósito de desvelar que o corpo, enquanto objeto histórico, é permeado também por aspectos políticos, sociais, culturais e ideológicos.

¹⁶ De acordo com Jean Abreu, criou-se em 1782 outra instituição de saúde pública: a Junta do Protomedicato, responsável por medidas direcionadas aos domínios do império português.. ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

Fonte

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*. Covilhã: Universidade de Beira Interior, 2003 [1757]. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_obra.html

Bibliografia

- ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.
- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *O que é história da ciência*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *Medicina e Utopia em Ribeiro Sanches*. Disponível em: <http://www.uc.pt/chsc/recursos/aca>
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade: uma historia da alimentação*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003.
- CARREIRA, Adélia M. C. *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. Tese de Doutorado em História da Arte - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/9467>
- CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, vol. I. 2009.
- CORBIN, Alain. *Saberes e odores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- COSTA, Palmira F. da ; JESUS, António. António Ribeiro Sanches and the Circulation of Medical Knowledge in Eighteenth-Century Europe. *Archives internationales d'histoire des sciences*, v. 56, n. 156, pp. 185-197, 2006.
- FLANDRIN, Jean. “Tempero, Cozinha e Dietética nos séculos XIV, XV e XVI”, IN: FLANDRIN, Jean-Louis & MONTANARI, Massimo. *História da alimentação*. Estação Liberdade: São Paulo, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clinica*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1998.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. 9.ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 2001.
- GRMEK, Mirko D. *Western Medical Thought: from Antiquity to the Middle Ages*. Portland: Harvard University Press, 1998.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1997.
- PITA, João Rui. *Medicina, Cirurgia e Arte farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, IN: ARAÚJO, Ana Cristina (org.) *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra : Impr. da Universidade, 2000.
- PORTER, Dorothy. Changing Definitions of the History of Public Health. *Hygiea Internationalis*, v. 1, n. 1, p. 9-21, 1999a
- _____. *Health, civilization, and the state: a history of public health from ancient to modern times*. London; New York, NY: Routledge, 1999b
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1992.

PORTER, R.; VIGARELLO, G. Corpo, Saúde e Doenças. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: Da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, vol. I. 2009.

RAMOS JR., Nelson de C. *Mediador das Luzes: concepções de progresso e ciência em Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042013-124043/>

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1995.

ROSEN, George. *Da polícia médica a medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1980.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (org.). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2. ed. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2005.

SOUSA, Fernando de. A população portuguesa em finais do século XVIII. *População e Sociedade*. 1995.

VIGARELLO, Georges. *Le propre et le sale: L'hygiene du corps depuis la Moyen Age*. Paris: Seuil, 2009.